



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-552-5 DOI 10.22533/at.ed.525192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AFETIVIDADE SOB O OLHAR DE DOCENTES DE UM CURSO DA ÁREA DA SAÚDE	
Eliane Caldas da Silva Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.5251921081	
CAPÍTULO 2	14
A AFRICANIDADE PRESENTE NA OBRA DE IRINEU RIBEIRO	
Abinair Maria Callegari	
DOI 10.22533/at.ed.5251921082	
CAPÍTULO 3	27
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO PARANÁ: A DÉCADA DE 1990	
Patricia da Silva Zanetti Isaura Mônica Souza Zanardini Lucia Terezinha Zanato Tureck	
DOI 10.22533/at.ed.5251921083	
CAPÍTULO 4	36
A IMPORTÂNCIA DA FESTA DO PINHÃO, PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO, LINHA DOS POMERANOS, AGUDO/RS	
Kátia Fernanda Barrim Paz Natália Laura Prodorutti Ricardo Henrique Klüsener	
DOI 10.22533/at.ed.5251921084	
CAPÍTULO 5	48
A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO PATERNO NO DESEMPENHO ACADÊMICO INFANTIL	
Lisiane Pires Silva Daniela Neris Gonçalves Morgana Mariano Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5251921085	
CAPÍTULO 6	64
A MESORREGIÃO NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DO PERFIL DEMOGRÁFICO E EDUCACIONAL DAS DESIGUALDADES DE UM BRASIL DESCONHECIDO	
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921086	
CAPÍTULO 7	78
A MÚSICA, O SOM E O SILÊNCIO NA CORPOREIDADE	
Ana Paula Silva Guimarães Wylka Aquino da Silva Alzenira de Carvalho Miranda Sônia Bessa	
DOI 10.22533/at.ed.5251921087	

CAPÍTULO 8	90
A PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE PELO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira Munir José Lauer	
DOI 10.22533/at.ed.5251921088	
CAPÍTULO 9	102
A SUBVERSÃO DO CURRÍCULO: MÃE DE SANTO COM CURRÍCULO LATTES E OUTROS ENFRENTAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO IFMS	
Guilherme Costa Garcia Tommaselli Gilmar Ribeiro Pereira Leandro Passos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921089	
CAPÍTULO 10	114
ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ESTÁTICO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Wanessa Eloyse Campos dos Santos Josielen de Oliveira Feitosa Meire Ferreira Pedroso da Costa Robson Alex Ferreira Ruth Alves de Souza Sandra Simone Silva Cruz Viviany da Silva Brughnago	
DOI 10.22533/at.ed.52519210810	
CAPÍTULO 11	124
APRENDIZADO DO BRAILLE: ACESSO AO CONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO	
Márcia Raimunda de Jesus Moreira Silva Diná Santana de Novais Lucimara Morgado Pereira Lima Luciana Costa Souza Marta Martins Meireles Nélia de Mattos Monteiro Tháise Lisboa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210811	
CAPÍTULO 12	138
AS AÇÕES EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR: E AS IMPLICAÇÕES SÓCIOESPACIAIS	
Gilmar Oliveira da Silva Patrícia Almeida dos Santos Cristiane Oliveira dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210812	
CAPÍTULO 13	145
ATENDIMENTO A ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PARA REDES MUNICIPAIS DE ENSINO	
Kamile Lima de Freitas Camurça Gleíza Guerra de Assis Braga Antonio Nilson Gomes Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210813	

CAPÍTULO 14	150
<i>BULLYING</i> E DIREITOS HUMANOS: UM DIAGNÓSTICO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO EPAMINONDAS, CUIABÁ, MT	
Gilson Pequeno da Silva Deyvison Ronny da Silva Lopes Rodney Mario de Almeida Raquel Martins Fernandes Mota	
DOI 10.22533/at.ed.52519210814	
CAPÍTULO 15	156
COMO VAI O NOSSO TRÂNSITO?	
Jaci Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210815	
CAPÍTULO 16	168
CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES DESSES DIREITOS NA ATUALIDADE	
Roberta Moraes Simione Denize Aparecida Rodrigues de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.52519210816	
CAPÍTULO 17	179
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO NÍVEL MÉDIO DA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE GUERRERO	
Herlinda Gervacio Jiménez Benjamín Castillo Elías	
DOI 10.22533/at.ed.52519210817	
CAPÍTULO 18	191
DESAFIOS E POSSIBILIDADES: CULTURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM DUAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	
Aruanã Antonio dos Passos Wilson de Sousa Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52519210818	
CAPÍTULO 19	202
DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM MICROCEFALIA E PARALISIA CEREBRAL	
Josielen de Oliveira Feitosa Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Ruth Alves de Souza Meire Ferreira Pedroso da Costa Sandra Simone Silva da Cruz Viviany da Silva Brughnago Victor da Cruz Valle	
DOI 10.22533/at.ed.52519210819	
CAPÍTULO 20	212
DIVISÃO DO TRABALHO EM CRECHES PÚBLICAS EM MEIO A DISPUTAS LEGAIS: O CASO DE MAUÁ/SP	
Sanny S. da Rosa Fernanda Feliciano de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.52519210820	

CAPÍTULO 21	233
“DO CÉU SÓ CAI CHUVA”: CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA	
Priscila Chuarts Alessio	
Márcia Andréa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210821	
CAPÍTULO 22	244
EARLY DIAGNOSIS TO THE PEDIATRICS CANCER: THE TELE-EDUCATION IN FAVOUR	
Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros	
Kayse Mariano Santos Barros	
Magaly Bushatsky	
Jocasta Bispo de Santana	
Vera Lúcia Lins de Moraes	
Raul Antônio Moraes Melo	
Paula Rejane Beserra Diniz	
Magdala de Araújo Novaes	
Helana Maria Ferreira Renesto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210822	
CAPÍTULO 23	257
INVERTENDO PRIORIDADES NAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO	
Odorico Ferreira Cardoso Neto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210823	
CAPÍTULO 24	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO	
Maria Helena Mena Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.52519210824	
CAPÍTULO 25	288
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: UM TRABALHO EM CONSTRUÇÃO	
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
Priscila Moreira Corrêa-Telles	
Lucianna Ribeiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210825	
CAPÍTULO 26	297
ENSINO COLABORATIVO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O TRABALHO COM ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS REFLEXÕES	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210826	
CAPÍTULO 27	307
ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS	
Michelle Castro Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210827	

CAPÍTULO 28	321
LETRAMENTO CARTOGRÁFICO NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O <i>GOOGLE EARTH</i> COMO RECURSO DIDÁTICO NUMA PROPOSTA DE ENSINO HÍBRIDO	
Jonas Marques da Penha Andréa de Lucena Lira Alexsandra Cristina Chaves Rucélia Patricia da Silva Marques	
DOI 10.22533/at.ed.52519210828	
CAPÍTULO 29	334
LETRAMENTO E LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210829	
CAPÍTULO 30	345
LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA: REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NO DISCURSO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Camila Bonin Liebgott Rosa Maria Hessel Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	359
ÍNDICE REMISSIVO	360

A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO PARANÁ: A DÉCADA DE 1990

Patricia da Silva Zanetti

CAP – Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - SEED
Cascavel - Paraná

Isaura Mônica Souza Zanardini

Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação - Nível Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Cascavel - Paraná

Lucia Terezinha Zanato Tureck

Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação - Nível Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Cascavel - Paraná

RESUMO: O presente artigo integra o resultado da pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Educação - nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, do campus de Cascavel, que buscou compreender como o Estado do Paraná, por meio de análise bibliográfica e documental, implementou a política educacional às pessoas com deficiência visual. Neste sentido, pretende-se apresentar como se constituiu a educação de pessoas com deficiência visual neste Estado, especificamente na década de 1990 do século XX. O marco deste período encontra-se no documento Fundamentos

Teórico - Metodológicos para a Educação Especial, divulgado no ano de 1994. Tratou-se do primeiro documento que apresentou uma fundamentação teórica para o desenvolvimento do trabalho junto aos alunos da educação especial. Embora, fruto de um período histórico onde os estudos da educação especial estavam embasados em autores estrangeiros, sendo as publicações nacionais constituídas de manuais de exercícios ou similares, deixa a desejar no que concerne a uma fundamentação consistente. Contudo, desempenhou um papel importante, embora tenha se mantido em uma posição teórica eclética, ao deixar a cargo dos professores a opção teórica que lhes fosse mais conveniente. Ressalta-se, ainda, que a compreensão de deficiência visual está calcada na perspectiva biológica, pois existe uma ênfase nas questões médicas sobre as educacionais. É nesta década que são criadas as Centrais de Produção de Material em Braille, como consequência da luta das pessoas com deficiência visual pelo acesso ao livro didático em Braille.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional; Pessoa com deficiência visual; Educação Especial; Estado do Paraná.

THE EDUCATION OF THE PERSON WITH VISUAL DEFICIENCY IN THE STATE OF

ABSTRACT: This article integrates the results of the research carried out in the Postgraduate Program in Education - Master's level, from the State University of the West of Paraná - UNIOESTE, from the Cascavel campus, which sought to understand how the State of Paraná, through analysis bibliographical and documentary, implemented the educational policy for people with visual impairment. In this sense, it is intended to present how education of people with visual impairment was constituted in this State, specifically in the 1990s of the 20th century. The framework for this period is found in the document Theoretical-Methodological Foundations for Special Education, published in 1994. It was the first document that presented a theoretical basis for the development of the work with special education students. Although, as a result of a historical period in which the studies of special education were based on foreign authors, the national publications being made up of exercise manuals or similar, leaves no room for a consistent statement of reasons. However, it played an important role, although it remained in an eclectic theoretical position, leaving the teachers the theoretical option that suited them best. It is also emphasized that the understanding of visual impairment is based on the biological perspective, since there is an emphasis on medical issues over educational ones. It is in this decade that the Braille Material Production Centers have been created as a consequence of the struggle of the visually impaired for accessing the Braille textbook.

KEYWORDS: Educational politics; Visually impaired person; Special education; State of Parana.

1 | INTRODUÇÃO

Na busca da compreensão de como o Estado do Paraná efetiva as políticas para a educação de pessoas com deficiência visual, pretende-se abordar especificamente a década de 1990 do século XX. Assim, faz-se uma explanação do documento Fundamentos Teórico - Metodológicos para a Educação Especial, elaborado no ano de 1994, sendo o presente documento considerado como o primeiro que apresentou uma fundamentação teórica para o desenvolvimento do trabalho junto aos alunos público alvo da educação especial.

A educação de pessoas com deficiência visual no Paraná se iniciou de forma sistemática com o surgimento do Instituto Paranaense de Cegos - IPC, em 1939, hoje ainda existente. Infelizmente “[...] esta entidade é a mantenedora da única Escola Especializada ainda existente no Estado, criada em 1941, quando este modelo era predominante em todo o País” (ROSA, 2008, p. 13). Apenas na década de 1970, é que outra instituição para a educação de pessoas com deficiência visual foi criada, em Curitiba, “a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Visuais (APADEVI), em 1972” (APADEVI, s/d *apud* TURECK, 2003, p. 53).

O apoio à escolarização dos alunos passa a ser a prioridade da política no

Estado do Paraná para a pessoa com deficiência visual após a década de 1980.

Com a abertura política do governo, a partir de 1983, a política de educação no estado entrou num processo de democratização e, na educação especial, essa tendência manifestou-se pela descentralização e interiorização de serviços educacionais, com ênfase no apoio à escolarização. Ao criar os Centros de Atendimento Especializado, nas áreas de deficiência auditiva, física e visual - CAEDA / CAEDF / CAEDV, o Departamento de Educação Especial explicitou que a educação dos indivíduos com deficiência nessas áreas é na escola comum, com a responsabilidade e competência da educação especial nos programas de apoio especializado, concomitantes ao processo escolar, em contra-turno (TURECK, 2003, p. 53).

A opção que o Estado fez por atender os alunos com deficiência visual na escola comum ia ao encontro da política nacional estabelecida para esta área. Os Centros de Atendimento Especializado, criados com a Deliberação 020/86 - CEE/PR se espalharam pelo interior do Estado levando o atendimento educacional especializado a um número cada vez maior de cegos “[...] derrubando a hegemonia da capital, avançando também em relação à superação do modelo assistencialista-filantrópico, pois, ao oferecer-se tais serviços na rede pública, diminuiu a criação de entidades privadas” (TURECK, 2003, p. 54).

Com o objetivo de expandir o atendimento dos alunos com deficiência na rede Estadual, o Governo passa no fim da década de 1970 e início da década de 1980 a investir na formação de professores. Através da Deliberação n.º 26/79 - CEE/PR, de 14 de setembro de 1979, foram estabelecidas “Diretrizes para o Curso de Formação de Professor de Educação Especial nas áreas de Deficiência Mental, Deficiência da Áudio Comunicação e Deficiência da Visão”, por meio dos Estudos Adicionais, em nível de 2º Grau (SILVA, 2013).

A década de 1980 foi marcada pela Deliberação n.º 004/83 - CEE/PR e pela Deliberação n.º 020/86 - CEE/PR que estabeleceram Normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino. Estas estão marcadas pela compreensão de educação especial a partir do paradigma da integração, com grande ênfase e valorização das instituições filantrópicas/assistencialistas.

Verifica-se, que o marco da educação das pessoas com deficiência visual no Paraná, na década de 1980, que pode ser considerada como o período onde houve a criação e expansão da oferta de atendimento na rede regular de ensino a esses alunos, foi o entendimento de que pessoas cegas e com baixa visão deveriam estudar junto aos demais alunos, em escolas regulares.

2 | A DÉCADA DE 1990: FUNDAMENTOS TEÓRICO - METODOLÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL (1994)

No Paraná, a década de 1990 teve início, com um marco importante: a consolidação de uma proposta curricular. Em outubro daquele ano é apresentado o

Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná. O documento identificou-se como uma alternativa às visões liberais de educação criticadas nacionalmente, ao ter a Pedagogia Histórico-Crítica como base para sua elaboração.

Contudo, se verifica que o referido Currículo Básico não incorporou de forma concreta a Pedagogia Histórico-Crítica, pois segundo Tonidandel (2014) o Currículo Básico sofreu, no processo de sua construção, incoerências na garantia de uma unidade teórica.

A autora pondera que, em 1992, o governo do Paraná se coloca na defesa da pluralidade teórica, ou seja, quem decide é a escola e o professor qual teoria pretende adotar. Tonidandel (2014) expõe sobre o documento orientador da política educacional, do governo Requião “Paraná: construindo a escola cidadã”, que tinha por objetivo “consubstanciar um método de conhecimento do cotidiano da escola, rico e surpreendente, mas geralmente diluído nas rotinas da cotidianidade” (PARANÁ, 1992c *apud* TONIDANDEL, 2014, p, 189).

Portanto, essa perspectiva de pluralidade teórica é que vai estar presente durante o processo de elaboração do Documento Fundamentos Teórico - Metodológicos para a Educação Especial, de 1994.

Este Documento foi finalizado em 1994, porém publicado em 1995, quando assumiu o governo Jaime Lerner. O Documento foi encadernado em espiral e distribuído por todo o Estado, não contendo uma ficha catalográfica, o que pode demonstrar certa urgência na sua distribuição.

O Documento está estruturado em três partes. A primeira parte versa sobre os “Fundamentos da Educação Especial”, destacando os princípios que regem a educação especial, abordando a legislação educacional brasileira e a educação especial; a retrospectiva histórica e analisa a estrutura e funcionamento da Educação Especial.

A segunda parte ocupa-se da “Natureza e Extensão da Excepcionalidade”, na qual busca compreender a concepção de excepcionalidade e suas implicações educacionais; trata da avaliação diagnóstica ou diferencial como mecanismo para caracterização e inserção do educando no contexto de Educação Especial e a caracterização das diferentes áreas da excepcionalidade, visando à identificação de suas implicações educacionais. São apresentadas seis áreas de excepcionalidade: área da Deficiência Auditiva, da Deficiência Física, da Deficiência Mental, da Deficiência Visual, de Altas Habilidades e de Condutas Típicas.

Na terceira parte são expostos os “Subsídios para o Encaminhamento da Proposta Curricular em Educação Especial”, que tratam das concepções educacionais e as implicações no currículo da Educação Especial, as adaptações curriculares e suas inferências para as diferentes áreas da excepcionalidade, apresentando, por fim, considerações sobre o encaminhamento dos conteúdos acadêmicos.

O texto elaborado pelo professor Mânfió, intitulado Da indiferença cúmplice à pedagogia da compaixão, demonstra o quanto a educação dos alunos, público alvo

da educação especial, estava norteada por uma visão mística de deficiência, já que entende a educação destinada a estes como a realização da mais “nobre caridade”.

A atividade do professor, que atua junto a esses alunos, é entendida como “sacerdócio”, uma missão a ser cumprida junto a estes “inválidos”, que precisam da compaixão para poder receber educação. “Para alegria dos portadores de deficiências sempre há alguém ao seu lado para completar aquilo que a natureza lhes negou [...]” (PARANÁ, 1994, p. ix).

Ao analisar este Documento percebe-se que, ao buscar fundamentos teóricos e metodológicos para a educação especial, traz consigo o desafio de apresentar bases teóricas para fundamentar professores de todo o Estado do Paraná, iniciativa solicitada por estes. No entanto, não havia, naquele momento, uma preocupação por parte do Estado do Paraná em se ter uma concepção de pessoa com deficiência a partir de um pressuposto apenas.

Verifica-se ainda, que embora este se proponha a discutir currículo e adaptações curriculares, não o faz efetivamente, distanciando-se dessa discussão, dando ênfase para questões relacionadas a procedimentos metodológicos.

O período histórico em que o Documento foi construído denota uma carência de estudos sobre a área da educação especial, que não avançam para além dos aspectos conservadores, estabelecidos nas últimas décadas. As consequências desse fato é que o Documento traz uma concepção de pessoa com deficiência pautada nos aspectos biológicos/deterministas, sem deixar de fazer referência ao fatalismo imposto pelos aspectos religiosos.

Na primeira parte, que trata dos Fundamentos da Educação Especial, este tem como primeiro item os Princípios que Regem a Educação Especial. A elaboração é sucinta e expõe a compreensão de educação especial pautada no modelo de integração.

Em relação à seção que trata da Legislação Educacional Brasileira e a Educação Especial, inicialmente o Documento faz referência ao avanço estabelecido pelo art. 208, inciso III, da Constituição Federal, que define que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino.

Ao expor sobre a Retrospectiva Histórica da Educação Especial no Paraná, relata sobre a criação das escolas especiais, alegando que sua consolidação enquanto atendimento às pessoas com deficiência ocorre:

[...] no Brasil, provavelmente pelo despreparo da escola pública em assumir a educação dos portadores de necessidades educacionais especiais, proliferaram, com o apoio governamental e sobretudo da comunidade, as instituições especializadas (PARANÁ, 1994, p. 10).

A partir de dados apresentados na “Tabela I - Número de instituições especializadas em educação especial”, no Estado do Paraná e na “Tabela II - Programas de educação especial no ensino regular, autorizados e em funcionamento,

por área de atendimento, de 1977 a 1994 (junho)”, o Documento afirma que houve uma expansão gradativa da Educação Especial no Estado, com ênfase na área da deficiência mental.

Sobre o atendimento nas escolas regulares “[...] o fato mais significativo no atendimento educacional é, sem dúvida, o crescimento dos programas especializados na rede regular de ensino, mais precisamente nas escolas públicas. [...]” (PARANÁ, 1994, p. 12).

Contudo, para que esses alunos pudessem frequentar a escola pública, há uma ressalva: “Às classes comuns são encaminhados todos aqueles educandos cujas limitações, decorrentes da deficiência, não se constituem em obstáculo à aprendizagem [...]” (PARANÁ, 1994, p. 18).

Na Parte II - A Natureza e Extensão da Excepcionalidade, onde é abordada A Avaliação Diagnóstica ou Diferencial: Um Mecanismo para a Caracterização e Inserção do Educando no Contexto de Educação Especial, evidencia-se a forte presença de concepções que ligam a deficiência apenas às questões biológicas.

Na sequência é apresentada a avaliação para cada área de deficiência, destaca-se aqui a Avaliação do Portador de Deficiência Visual, à qual deve ser atribuída um caráter educacional e deve ser constituída de três momentos distintos: “[...] a avaliação médico-oftalmológica, a avaliação do desempenho visual e a avaliação educacional” (PARANÁ, 1994, p. 37).

Embora apresente que esse processo é de caráter educacional, consta-se que está fortemente direcionado pelas questões clínicas, biológicas, ou seja, há destaque para o laudo oftalmológico e para o desempenho da visão, como determinantes para a vida do aluno com deficiência visual.

O laudo oftalmológico se caracteriza como instrumento formal de avaliação, considerado de fundamental importância no processo de avaliação, pois, a partir dele, o professor deduzirá o grau de comprometimento visual, que poderá variar da cegueira, visão reduzida (subnormal), até problemas de ambliopia ou de alta refração (PARANÁ, 1994, p. 37 - grifo do autor).

Considera-se, assim, que a partir da análise correta do laudo, além de saber se uma pessoa possui deficiência visual ou não, será possível “prever o tipo de atendimento educacional e os auxílios ópticos ou outros materiais específicos a serem empregados no decorrer do processo ensino-aprendizagem” (PARANÁ, 1994, p. 37). Não há desta forma, nenhum entendimento de que o aluno possa ter um desempenho diferente do que o laudo atesta.

O Documento afirma que é necessário que todas as pessoas com deficiência visual, em idade escolar, estejam matriculadas nas escolas comuns e frequentem o CAEDV no contraturno, esclarecendo que:

Os Centros de Atendimento Especializado (CAEDV) constituir-se-ão unicamente em suporte pedagógico ao aluno portador de deficiência visual e ao professor do ensino regular (PARANÁ, 1994, p. 69).

Como já exposto, esse Documento não faz opção por uma vertente teórica específica, o que não difere dos encaminhamentos feitos pela SEED naquele momento histórico. “Uma proposta educacional assenta-se em fundamentos globais de educação, que serão incorporados distintamente pelas instituições escolares, de acordo com a história e realidade educacional” (PARANÁ, 1994, p. 81).

Assim, “três principais concepções teóricas desenvolveram-se no âmbito da Educação Geral e foram incorporados pela Educação Especial: comportamentalista, construtivista e interacionista sócio-histórica” (PARANÁ, 1994, p. 81). O relevante a constar é que esse Documento deixa a cargo de cada estabelecimento de ensino adotar a teoria que melhor lhe convém em relação à educação da pessoa com deficiência, indicando que essas teorias devem ser estudadas por todos os professores.

Sobre as Adaptações Curriculares em Educação Especial, o Documento aponta que adota o Currículo Básico da SEED para orientar o desenvolvimento da escolarização dos alunos público alvo da educação especial, pois este Currículo contempla os princípios da educação geral. Apesar disso, alega que a adoção do Currículo:

[...] tem limitações a partir das características específicas de aprendizagem apresentadas pelos educandos portadores de comprometimento motor, sensorial, mental ou psicológico, que cerceiam ou impedem o seu acesso ao currículo comum pelos canais convencionais adotados no ensino regular (PARANÁ, 1994, p. 91).

Em relação às adaptações, quanto aos conteúdos curriculares, o Documento apresenta que dependendo do grau de comprometimento dos alunos, deve ser feita uma seleção que assume um caráter individualizado. Dessa forma, a seleção de conteúdos guarda estreita relação com os resultados da avaliação de caráter diagnóstico ou diferencial. “[...] os aspectos relevantes não estariam centrados na quantidade de termos e expressões assimiladas, mas na compreensão destes e o seu favorecimento no processo de interação entre o educando, professor e demais colegas” (PARANÁ, 1994, p. 93).

Também são apresentadas as Inferências Curriculares para as Diferentes Áreas da Excepcionalidade. Com relação às Adaptações Curriculares para Educandos Portadores de Deficiência Visual, o Documento se atém a questões relacionadas aos encaminhamentos metodológicos da área visual e não a questões ligadas ao currículo especificamente.

A Estimulação Visual é o primeiro ponto a ser abordado no que se refere a esse item, onde se expõe que é negativo à ênfase concedida aos aspectos clínicos no atendimento ofertado aos alunos com visão reduzida (subnormal), ambliopia e distúrbios de alta refração.

Assim, propõe uma mudança no “modelo clínico para um enfoque educacional cuja proposta deverá equilibrar o desenvolvimento da percepção visual com as

demais áreas do desenvolvimento infantil” (PARANÁ, 1994, p. 108). Contudo, para isso seria necessária uma mudança em fundamentos teóricos do próprio documento, que tem afirmado que a perda da visão causa dificuldades de aprendizagem. Sob essa perspectiva é difícil que os professores deixem de trabalhar os aspectos meramente clínicos, já que acreditam que se o aluno enxergar melhor ele terá um desempenho educacional suficiente.

Em seguida, o Documento passa a tratar das Adaptações do Ensino de Ciências, Geografia e de História, que versam sobre a necessidade de aulas práticas e da necessidade da utilização de outros canais sensoriais, destacando-se a audição, o tato, o olfato e o paladar, precedidos da exploração verbal pelo professor (PARANÁ 1994).

A respeito da abordagem das Considerações Sobre o Encaminhamento dos Conteúdos Acadêmicos, são pontuadas duas questões. A primeira diz respeito aos “ritmos diferentes de desenvolvimento”, apresentados pelas crianças e que devem ser considerados na educação especial; essa ideia foi retirada do documento: Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná (1992); a segunda decorre da primeira quando se refere à necessidade de adaptações curriculares, que ainda se fazem de forma superficial.

Observamos que os conteúdos centram-se nos materiais didáticos adaptados, em exercícios pedagógicos, como no caso do ensino do sistema braille, sem apresentar fundamentos teórico-metodológicos. Em relação às Referências bibliográficas utilizadas, os títulos estrangeiros são predominantes, sendo as publicações nacionais constituídas de manuais de exercícios ou similares.

Portanto, ao término deste texto, sem esgotar ainda as inúmeras possibilidades de análise que poderiam ser feitas acerca desse Documento, entende-se que ele constitui a primeira publicação do Estado do Paraná que expõe a organização da própria SEED e do DEE, que apresenta o pensamento da época. Apesar de ser apenas de duas décadas passadas, tem um viés conservador, centrado na visão biológica, como se observa nos capítulos sobre a avaliação das diversas áreas de deficiência; todavia, na redação de alguns parágrafos, a linguagem denota concepções místicas e religiosas, inclusive com citações bíblicas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne ao atendimento às pessoas com deficiência visual, muitas eram as dificuldades enfrentadas naquela década em relação ao acesso do aluno cego ao ensino comum, no que diz respeito aos materiais didáticos para a leitura dos conteúdos escolares, especificamente ao acesso de livros didáticos em Braille e com caracteres ampliados. Em relação a essas necessidades, em 1995 o Paraná cria as Centrais de Produção de Material em Braille, com o objetivo de suprir, ao menos em parte, esta demanda, atendendo a diversas reivindicações do movimento das

pessoas cegas ou com visão reduzida de todo o Estado (ROSA, 2008, p. 23).

As Centrais cumpriram um papel importante, mostrando a insuficiência do trabalho diante das necessidades dos alunos com deficiência visual, mas sua experiência foi utilizada, pois, ao final da década de 1990 e início de 2000, foram criados os CAPs - Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual. Contudo, o objetivo de possibilitar o acesso ao livro didático em Braille para os alunos cegos continuou sendo uma demanda não concretizada.

Ao analisar a década de 1990, verifica-se que a educação da pessoa com deficiência visual, ao ser ofertada na escola regular, necessitou da criação de apoios para ser concretizada. Ao se apresentar os CAEDVs, em sua maioria municipalizados, o que prejudicou sua expansão, as Centrais de Produção de Material em Braille e o Documento Fundamentos Teórico - Metodológicos para a Educação Especial (1994), constata-se que a compreensão de deficiência estava pautada nas concepções mística e biológica, que serviu de base à política para a educação de pessoas com deficiência visual nesse período da história.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 004/83**. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino. Curitiba, 07 de março de 1983.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 020/86**. Indica Normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino. Curitiba, 21 de novembro de 1986.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Fundamentos teórico - metodológicos para a Educação Especial**. Curitiba/PR, 1994.

ROSA, Enio Rodrigues da. A educação escolar das pessoas cegas ou com visão reduzida no Estado do Paraná. In: FIUZA, A. F.; CONCEIÇÃO, G. H. da. **Política, Educação e Cultura**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2008. p. 11-32.

SILVA, Vera Lucia. Ruiz. Rodrigues. **Educação da Pessoa com Deficiência no Estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980: coexistência de atendimento em escolas públicas regulares e em especiais privadas/filantrópicas**. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2013.

TONIDANDEL, Sandra. **Pedagogia Histórico-Crítica: O Processo de Construção e o Perfil do “Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná” (1980-1994)**. 2014. 223 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2014.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato. **Deficiência, educação e possibilidades de sucesso escolar: um estudo de alunos com deficiência visual**. 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2003.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 1, 12

B

Braille 27, 28, 34, 35, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Bullying 150, 151, 152, 155

C

Controvérsias jurídicas 212, 224

Creche 212, 232

Currículo 30, 33, 34, 35, 92, 105, 113, 212, 231, 358

D

Deficiência Visual 27, 30, 32, 33, 35, 125

Desenvolvimento 51, 62, 66, 71, 76, 78, 100, 152, 202, 211, 223, 224, 225, 226, 260, 285, 300, 305

Desenvolvimento Motor 202

Direitos humanos 178

Disciplina 90

Diversidade 113, 287, 302

Divisão do trabalho 212

E

Educação 2, 5, 2, 12, 13, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 88, 90, 91, 100, 102, 103, 113, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 146, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 178, 191, 192, 200, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 243, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 314, 319, 321, 327, 332, 333, 334, 344, 345, 358, 359

Educação do Campo 36, 273, 275, 276, 280, 286, 287

Educação Especial 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 124, 125, 126, 136, 137, 146, 149, 273, 276, 277, 280, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 301, 302, 304, 305, 306

Educação Inclusiva 126, 127, 138, 140, 144, 146, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 287, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 302, 306

Ensino 1, 29, 34, 35, 64, 72, 73, 78, 103, 150, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 200, 225, 257,

259, 260, 261, 262, 263, 267, 272, 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 312, 314,
319, 320, 321, 322, 323, 325, 332, 335, 337, 342, 347, 359

Ensino aprendizagem 78

Ensino Colaborativo 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306

Ensino Superior 1, 267, 359

F

Formação Continuada 273, 276

G

Gestão Educacional 64, 257

I

Interdisciplinaridade 90, 91, 100

L

Leitura literária 342

M

Microcefalia 202, 211

Musicalização Infantil 78

P

Paralisia Cerebral 202, 204

Percepção 149, 179, 183, 186, 187

Pessoa com deficiência visual 27

Política educacional 27

Prática Pedagógica 125

Práticas Docentes 1

S

Sistema Nacional de Educação 257, 258, 272

Surdos 138, 141, 289

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-552-5



9 788572 475525